

# ATOS DE NEGAR: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO FUNCIONAL

*Adriana Ferreira de Sousa Albuquerque\**

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma proposta de categorização funcional para os elementos que envolvem o processo de construção dos atos de negar no português do Brasil, a partir da análise de uma entrevista exibida pela TVE Brasil. A negação foi investigada nas gramáticas destinadas ao ensino de português como língua materna e como segunda língua para estrangeiros e em obras que tratam do assunto do ponto de vista linguístico. A partir da tipologia de atos de negar, encontrada na pesquisa, propomos uma análise interpretativa de discordância e de asserção negativa com base em estudos teóricos advindos da Sociolinguística Interacional, em que consideramos os conceitos de face e de estratégias de polidez e envolvimento (Goffman, 1980 [1967], Brown & Levinson, 1987 e Tannen, 1984 e 1989), da Análise da Conversação, com base nos conceitos de concordância e discordância (Freitas, 2000 e Pomerantz, 1984) e da Antropologia Social, valendo-nos da dicotomia indivíduo/pessoa (DaMatta, 1997).

\* Pontifícia  
Universidade  
Católica do Rio  
de Janeiro

**Palavras-chave:** atos de negar, ensino de PLM e PL2, discurso.

## Introdução

**N**a busca de informações sobre a negação nas gramáticas de português como língua materna (PLM) e de português como segunda língua para

estrangeiros (PL2E), observamos que, em geral, os estudos citam a negação, apenas, quando descrevem a tipologia frasal (declarativa negativa), a classe dos advérbios ou as palavras denotativas. Na tradição gramatical, prescrita para falantes



nativos, a exposição do assunto fica, basicamente, restrita aos apontamentos sobre a estruturação sintática dos elementos frasais (cf. CUNHA & CINTRA, 1985, BECHARA, 1994 e 2001 e LIMA, 1994). Ou seja, os autores informam que alguns elementos formais apresentam valores negativos, tais como: os advérbios *não*, *nunca* e *jamais* e os pronomes indefinidos *nenhum*, *nada* e *ninguém*. Segundo Bechara (2001), o vocábulo *não* é o único elemento que pode deixar de ser um advérbio quando é utilizado como resposta. Neste caso, ele passa a ser um elemento substituto de oração (uma pró-oração).

Não encontramos, nas gramáticas analisadas, nenhuma referência, em nível discursivo, sobre o uso dos chamados elementos formais de negação em situações funcionais concretas. Também não há informações sobre a possibilidade de outras estruturas da língua, como, por exemplo, expressões fixas (formulaicas ou idiomáticas) expressarem valor negativo.

Na literatura linguística sobre a negação em português, analisamos as obras de Castilho (2002) que, ao discorrer sobre a língua oral, afirma que os elementos que constituem o

grupo de advérbios portadores de significação negativa (*não*, *nunca* e *jamais*) são considerados não-predicativos, visto que negam toda a sentença ou constituintes dela, de Neves (2000), que aborda a negação de acordo com suas diferentes manifestações e de Pinto (1994) no que diz respeito a enunciados construídos com elementos formais de negação em estruturas interrogativas negativas com sentido afirmativo e que apresentam a modalidade deôntica.

Se para Castilho (2002: 110), os modalizadores deônticos exprimem que “o estado de coisas avaliado é considerado como algo que deve acontecer”, apontando como representantes deste grupo de advérbios, os itens lexicais *obrigatoriamente* e *necessariamente*, para Pinto (1994: 108-109), esta modalidade não se limita ao simples fato de que o estado de coisas **deve** acontecer e se manifesta de forma que o estado de coisas pode ser *obrigatório* (ter que fazer/ser ou não poder não fazer/ser), *permitido* (não ter que não fazer/ser ou poder fazer/ser), *proibido* (ter que não fazer/ser ou não poder fazer/ser) ou *facultativo* (não ter que fazer/ser ou poder não fazer/ser). Assim, o tipo de





modalidade deôntica irá se manifestar, sobretudo, em virtude da escolha do modo verbal ou dos auxiliares modais utilizados pelo enunciador.

As considerações sobre a modalidade deôntica objetivam reafirmar que os chamados advérbios de negação, bem como os demais itens lexicais de valor negativo, ainda que tratados do ponto de vista enunciativo, necessitam de uma análise descritiva tão cuidadosa quanto possível. A forma de realização das construções com modalizadores deônticos deve ser analisada considerando-se não só os elementos formais de negação nelas inseridos, mas os elementos que os acompanham. Obrigar, permitir, proibir ou tornar facultativa uma determinada ação representa estados de coisas que, em uma negociação discursiva, estão ligados diretamente aos aspectos envolvidos nos processos reveladores de atos relacionados à preservação ou à ameaça à face que, segundo Goffman (1980 [1967]) e Brown e Levinson (1987: 287), representa a própria imagem que cada interactante reivindica para si mesmo, constituindo-se, por um lado, pela liberdade de ação e de imposição e,

por outro, pelo desejo de aprovação e de apreciação de sua imagem pelos participantes da interação.

Ainda que os estudos linguísticos que consultamos tenham ampliado nosso conhecimento acerca do universo que envolve a construção de atos de negar, não tratam do assunto, em si, como um processo de construção linguística que envolve aspectos outros em sua realização, tais como as relações sociais e as diferenças culturais.

No que diz respeito à abordagem do assunto nas gramáticas voltadas para o ensino de português para estrangeiros, três obras foram analisadas. A gramática de Prista (1966) apresenta o assunto do mesmo modo que a tradição gramatical, relativa a falantes nativos de português, apresenta. Ou seja, as lacunas da obra são muitas e, conseqüentemente, demonstram um caminho ainda mais difícil para o tratamento da questão no ensino de PL2E.

Em Hutchinson & Lloyd (1996), observamos uma preocupação das autoras em sinalizar a existência de inúmeras estratégias discursivas para se construírem enunciados de valor negativo. A obra apresenta, além das informações sobre a organização



sintática dos elementos formais de negação, algumas listas de expressões fixas que podem ser usadas para expressar a discordância ou para estabelecer um ato de recusa, por exemplo.

A terceira obra analisada foi a de Perini (2002). A gramática desenvolvida pelo autor traz referências, basicamente, sobre a negação no nível sintático e pouco contribuiu para a nossa pesquisa, que buscou realizar um trabalho mais amplo, levando em consideração aspectos discursivos e pragmáticos para a construção dos atos de negar.

A investigação e a análise do conceito de negação nas obras de PLM e de PL2E nos mostraram que os problemas relativos à construção da negação devem ser inseridos em contextos de pesquisa que vão além de uma descrição em nível micro dos elementos formais de negação, e nos aponta necessariamente para uma descrição em nível macro que nos permita descrever um conjunto bem mais amplo das formas de realização dos atos de negar em uma dada situação discursiva.

Desta forma, apresentamos, a seguir, uma ampliação da abordagem do conceito de negação no português do Brasil, a partir da análise de

exemplos retirados de um programa de entrevista veiculado pela TVE Brasil<sup>1</sup>. Esta proposta de alargamento descritivo dos horizontes que envolvem a construção da negação tem por objetivo fornecer subsídios que irão facilitar o trabalho dos profissionais envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem de português tanto como LM quanto L2. Propomos, assim, inicialmente, uma categorização tipológica dos atos de negar.

### **Categorização tipológica**

A categorização tipológica aqui proposta abrange não só as estratégias linguísticas encontradas no processo de construção dos atos de negar, mas também a construção de formas de não negar realizadas com elementos formais de negação em um contexto de entrevistas. Esta categorização foi construída a partir da análise dos seguintes conjuntos:

- 1) atos de negar com o uso de elementos formais;

---

<sup>1</sup> O programa analisado, Sem Censura, exibido em maio de 2000, está transcrito na íntegra por ALBUQUERQUE (2003) e pode ser acessado pelo site <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/acessoConteudo.php?nrseqoco=8845>.





- 2) atos de negar sem o uso de elementos formais; e
- 3) atos de não negar com o uso de elementos formais
- por uma questão de espaço para a apresentação deste texto, apenas, um exemplo ilustrativo de cada ocorrência observada.

Os primeiros dois grupos acima, que apresentam valores de negação, com ou sem o uso de elementos formais, têm suas ocorrências categorizadas a partir de sua forma de realização, explícita ou implícita e direta ou indireta.

#### **Atos de negar com o uso de elementos formais**

A construção dos atos de negar com o uso de elementos formais insere-se em três subconjuntos, a saber: a) negação explícita direta, b) negação implícita direta e c) negação explícita indireta. Vejamos, a seguir,

**Negação explícita direta** - ato de natureza adverbial realizado unicamente com o uso do elemento *não*, relativo a uma dada parte da sentença ou do discurso, sendo seguido ou não de estruturas negativas. Ou seja, o elemento *não*, com valor de negação, é utilizado ora no nível sentencial, negando parte do enunciado ou toda a estrutura oracional, ora no nível discursivo, quando a negação extrapola o nível linguístico e só pode ser compreendida a partir da recuperação da parte do discurso que está sendo negada.

Vejamos o exemplo:

- (1)
- 844 AHS: Eu acho que a tv a cabo...
- 845 LN: [É uma possibilidade
- 846 às vezes de buscar outras alternativas,
- 847 mas ainda **não é** o ideal.
- 848 AHS: Não é o ideal
- 849 Eu acho até que a tv a cabo
- 850 tem de inclusive
- 851 buscar mais produções independentes



**Negação implícita direta** - ato realizado com o uso de elementos formais de natureza conjuncional, pronominal e lexical. Vejamos o exemplo de um elemento, o vocábulo *agora*, que apresenta aqui valor de oposição e não de circunstância adverbial de tempo como postulado pela tradição gramatical:

- (2)
- 314 LCP: Então você me pergunta  
 315 se os advertentes do Ministério da Saúde..  
 316 eu acredito para fumantes convictos e inveterados,  
 317 <eu acredito que não>.  
 318 Eu acredito que não(( risos ))  
 319 **Agora..**  
 320 LN: [Mas para a pessoa que não fuma ainda...  
 321 LCP: para a pessoa que não fuma ainda...  
 322 LN: [pode servir como um alerta...

**Negação explícita indireta** - ato realizado com o auxílio de estruturas prefaciadoras, reformulações, cláusulas de opinião, enunciados inferenciais ou sentenças reparadoras. Todas as estruturas mencionadas são seguidas de estruturas formais de negação ou construídas com as mesmas. O exemplo, a seguir, é realizado com o uso de estruturas reveladoras de informações inferenciais. Este tipo de negação ocorre com a utilização de expressões fixas, (formulaicas ou idiomáticas), que só comportam informações inferenciais perceptíveis se conhecidas pelos participantes da negociação discursiva. A compreensão da inferência, ou seja, daquilo que usamos para estabelecer uma relação, não explicitada na estrutura linguística, entre duas ou mais partes do discurso, é fornecida pelo conhecimento de mundo que os interlocutores compartilham.





(3)

- 1642 LN: Estamos de volta com Sem Censura  
 1643 perguntando hoje se você acredita na publicidade  
 1644 que você vê ou que você lê  
 1645 Não confio muito na publicidade  
 1646 porque fui enganada várias vezes por campanhas publicitárias!”  
 1647 Essa é a Analândia Aguiar ela reclama especialmente de um  
 1648 telefone  
 1649 “Dá nojo, são mentirosos!”  
 1650 <Tá brava à beça ela!>  
 1651 “ ( ) sem contar que ele paga várias vezes o produto anunciado!”  
 1652 É o protesto aqui dela  
 1653 “Confio na publicidade que vejo hoje,  
 1654 mas sempre com um pé atrás!”  
 1655 **Nem tudo que reluz é ouro!**  
 1656 Diz o Ricardo Belo, desenhista de Belo Horizonte

#### ATOS DE NEGAR SEM O USO DE ELEMENTOS FORMAIS

**A negação implícita indireta** – ato de negar que não apresenta elementos formais de negação em nenhum momento de sua construção. Similar à negação explícita indireta, este tipo de negação também pode ser construído com o uso de estruturas prefaciadoras, reformuladoras de perguntas ou questionadoras impositivas, portadoras de cláusulas de opinião, reveladoras de informações

inferenciais ou atenuadoras. No entanto, diferenciam-se pelo fato de a negação implícita indireta não apresentar em nenhuma parte da construção do ato de negar elementos formais de valor negativo. Também consideramos como negação implícita indireta construções discursivas que apresentam: 1) elementos caracterizadores de concordância relativa; 2) estruturas com valor pressuposicional implícito; e 3) itens lexicais indicadores de pressuposição comprometidos com julgamentos de valor negativo.



O exemplo apresentado a (Freitas, 2000). Ou seja, o seguir é construído a partir do uso informante não confia totalmente de uma expressão idiomática e na publicidade que ela vê ou revela uma concordância relativa ouve.

(4)

- 1642 LN: Estamos de volta com Sem Censura  
1643 perguntando hoje se você acredita na publicidade  
1644 que você vê ou que você lê  
1645 “Não confio muito na publicidade  
1646 porque fui enganada várias vezes por campanhas publicitárias!”  
1647 Essa é a Analândia Aguiar ela reclama especialmente de um telefone  
1648 “Dá nojo, são mentirosos! ”  
1649 <Tá brava à beça ela!>  
1650 “ ( ) sem contar que ele paga várias vezes o produto anunciado!”  
1651 É o protesto aqui dela  
1652 “Confio na publicidade que vejo hoje,  
1653 mas sempre **com um pé atrás!**”

**Atos de não negar com o uso de elementos formais** - atos que apresentam estruturas que contêm elementos formais de negação destituídos de valor negativo. Consideramos relevante fazer o levantamento destes atos de NÃO negar construídos com elementos de negação, sobretudo com o elemento *não*, visto que estes tipos de atos nos parecem ser bastante utilizados no português falado no Brasil, em qualquer tipo de situação discursiva e não apenas em contextos de

entrevistas. Apresentamos dois exemplos com o elemento formal *não*.

#### **Usos de NÃO**

- **Com valor ratificador e/ou aditivo**

Neste caso, o elemento formal de negação *não* é utilizado para ratificar ou dar início à adição de mais algum tipo de informação ao discurso do enunciador. Poderíamos substituí-lo por expressões como, por exemplo, *Sim* ou *É claro*.







(5)

- 450 MF: Eu acho que sofisticaram num determinado momento  
 451 RM: Mas o público é sábio  
 452 **Não**, você tá certíssimo, viu MF?

- **Com valor positivo em expressão formulaica**

O termo *não*, neste caso, é parte de uma expressão formulaica que, no português do Brasil, apresenta valor positivo.

(6)

- 349 LN: [É...  
 350 Agora me diz uma coisa...  
 351 LCP: **Pois não.**  
 352 LN: No caso dos médicos  
 353 Os médicos, os dentistas  
 354 É o próprio CREMERJ...

Uma vez apresentada esta proposta de categorização de alguns usos que envolvem ou não elementos formais de negação, passaremos, a seguir, para a exposição de uma análise interpretativa dos atos de negar, levando em consideração fatores que vão além do nível linguístico formal estabelecido para a construção de enunciados com valor negativo.

### **Discordância e asserção negativa – uma análise discursiva**

Nesta seção, apresentamos um conjunto de aspectos que envolvem a produção das estratégias discursivas

utilizadas pelos participantes da entrevista analisada durante a construção de atos que revelam algum tipo de negação. Esses aspectos são interpretados em função da relação existente entre os mecanismos discursivos que evidenciam a construção dos atos de negar e as ferramentas, de natureza sociocultural, utilizadas nesta “engenharia” linguística.

Analisamos, assim, os atos de negar partindo do pressuposto de que em uma situação social em que há diferentes participantes, representantes de segmentos sociais também diferentes, existe uma



preocupação pessoal de manutenção de uma imagem pública positiva. Esta imagem está relacionada aos tipos de construção de face (Goffman, 1980) e *self* (Markus & Kitayama, 1991) reivindicados pelo enunciador em um dado momento da situação e, conseqüentemente, aos aspectos linguísticos e sócio-culturais envolvidos na interação.

No jogo interacional existente no programa analisado, quando se fazia a pergunta “*Você confia na publicidade que você lê ou vê?*”, os participantes buscam a manutenção da harmonia discursiva na negociação do tema discutido. Pelo fato de a entrevista analisada ser realizada em um contexto pluralógico, defendemos a posição de que os participantes organizam seu discurso com o objetivo de fazer a sua própria “publicidade”, tentando manter, assim, a sua imagem pública diante da audiência, tendo em vista, ainda, que todo o grupo participante, direta ou indiretamente, tem algum tipo de relação com a publicidade.

A seguir, apresentamos a análise discursiva de um tipo de discordância e de uma asserção negativa encontrados em nosso exemplário.

### **Discordância com o uso de estratégia de envolvimento**

A concordância e a discordância são processos linguísticos que não podem ser categorizados, respectivamente, como atos preferidos e não preferidos em qualquer tipo de contexto. De acordo com Pomerantz (1984), a concordância e a discordância podem realizar-se em duas situações: 1) quando um ato de concordância é preferido e 2) quando o ato de discordância é preferido.

Segundo a autora, a concordância, quando ato preferido, em geral, é produzida a partir da utilização de três tipos de recursos: 1) *aclices (upgrades)* - com uso de termos avaliativos fortes, como *yes* ou de intensificadores, como *good* e *great*; 2) utilização da mesma avaliação do falante - com repetição de termos avaliativos ou uso de expressões como *too*; e 3) declive (*downgrade*) - com uso de elementos avaliativos fracos, regularmente





produzindo sequências de discordância (op. cit: 65-69).

A discordância, por sua vez, quando a concordância é preferida, ou seja, quando há uma preocupação em preservar a face positiva do outro, realiza-se a partir da utilização de estratégias discursivas demoradas, marcadas por reparos iniciais, silêncios, prefácios, hesitação, pedidos de esclarecimento e uso de componentes fracos de concordância (estes últimos, geralmente, seguidos de elementos de adversativos: *Sim, mas...*).

Em um dado momento da entrevista, um dos debatedores pergunta, a um dos entrevistados, se

a advertência que o Ministério da Saúde faz com relação ao consumo de cigarros, e que, segundo o vice-presidente do CONAR, deveria ser feita também com o consumo de bebidas, tem algum efeito. A resposta do entrevistado é construída a partir de um ato de negar que manifesta a discordância com um tipo de estratégia de envolvimento, a narrativa (cf. Tannen, 1984). Esta estratégia é iniciada com o uso do elemento **olha**, introdutor da unidade discursiva utilizado para chamar a atenção dos demais participantes (cf. Sousa, 1997), e busca a preservação da face positiva do outro. Vejamos:

(7)

282 MF: E tem algum efeito pelo menos eh::

283 pelo que se pode comprovar

284 a partir dessa iniciativa do Ministério?

285 Todos os fumantes,

286 <digamos assim?>

287 LCP: **Olha..**

288 MF: [Aquela advertência?

289 LCP: É:: outro dia eu estava conversando

290 com um colega meu publicitário,

291 eu sou da área de agência de propaganda,

292 o CONAR abrange agências, veículos, anunciantes e a sociedade

293 civil,

294 o que é muito importante.

295 Nós temos as nossas diversas câmaras de divulgação,

296 pessoas da sociedade civil, <por exemplo>,





- 297 aqui no Rio de Janeiro  
298 o Gama Filho faz parte de uma banca no Rio de Janeiro.  
299 Como faz parte em São Paulo  
300 o presidente da Associação Médica Brasileira, o representante da OAB.  
301 Mas eu discutia com um colega meu  
302 da área de publicidade, na área de agências,  
303 ele tava me contando uma história muito interessante.  
304 Que nos Estados Unidos lançaram um cigarro  
305 há uns tempos atrás, chamado “Death”.  
306 <Quer dizer>, ou seja, morte.  
307 Death.  
308 E o cigarro fez um enorme sucesso.  
309 E não contentes com isso,  
310 os fabricantes colocaram “Death of life”.  
311 < Quer dizer>, (( risos )) é a morte da vida.  
312 E o cigarro continua vendendo.  
313 Então você me pergunta  
314 se os advertentes do Ministério da Saúde..  
315 eu acredito para fumantes convictos e inveterados,  
316 <eu acredito que não>.  
317 Eu acredito que não(( risos ))

De modo “disciplinado”, defendendo a sua face sem ameaçar a do outro, o entrevistado revela as qualidades de um bom ator social na elaboração do discurso que evidencia um tipo de negação implícita direta. Ao driblar a situação, lançando mão de estratégias inseridas no universo identificatório do que chamamos de *jeitinho sociodiscursivo* (cf. Albuquerque, 2003), ele consegue preservar a sua face ao selecionar, engenhosamente, para os interlocutores as ferramentas que o protegerão de um processo que poderia desencadear um conflito. Esta engenharia, composta de elementos que reforçam e justificam o ato de negar, quando cita instituições representativas da sociedade brasileira, como a OAB e a Gama Filho, ao mesmo tempo em que se revela um adequado mecanismo de defesa, torna-se um instrumento poderoso para evitar o ataque dos outros participantes no jogo discursivo estabelecido.





O riso que acompanhou a repetição da frase *eu acredito que não*, no final da resposta, interpretado como uma marca discursiva paralinguística, corrobora a estratégia de envolvimento por ele utilizada anteriormente. Esse recurso aponta para um desejo de comprometer o ouvinte e evitar conflitos que poderiam gerar expressões de ameaça à face.

O fato de ter utilizado diferentes recursos para construir o seu ato de negar e de terminar a sua fala, tal como descrevemos acima, revela a necessidade de o entrevistado buscar na audiência o convencimento de que a idéia por ele defendida deve ser aceita. A engenharia discursiva utilizada por ele teve por objetivo não só fundamentar os motivos pelos quais ele estaria negando que a advertência ao consumo de cigarros não teria o efeito esperado, mas continuar mantendo positiva a imagem pública do CONAR

(Conselho Nacional de Auto Regulamentação da Publicidade).

#### **Asserção negativa com atenuação gradativa pela seleção lexical**

No prosseguimento de seu discurso, o mesmo entrevistado, respondendo a pergunta da mediadora do programa, sobre a limitação ou proibição da veiculação de remédios na mídia, utiliza quatro itens lexicais com valor negativo. Estes itens vão aparecendo em sua fala de forma gradativa no que diz respeito ao poder do CONAR por ele representado.

O entrevistado começa afirmando que o CONAR **tira** do ar os remédios que não têm licença para ser comercializados. Depois, diz que o referido órgão **proíbe**. Mais à frente, diz que, na verdade, a instituição **pede**. E, quase no fim de sua fala, afirma que o CONAR, apenas, **recomenda**. Vejamos o exemplo:

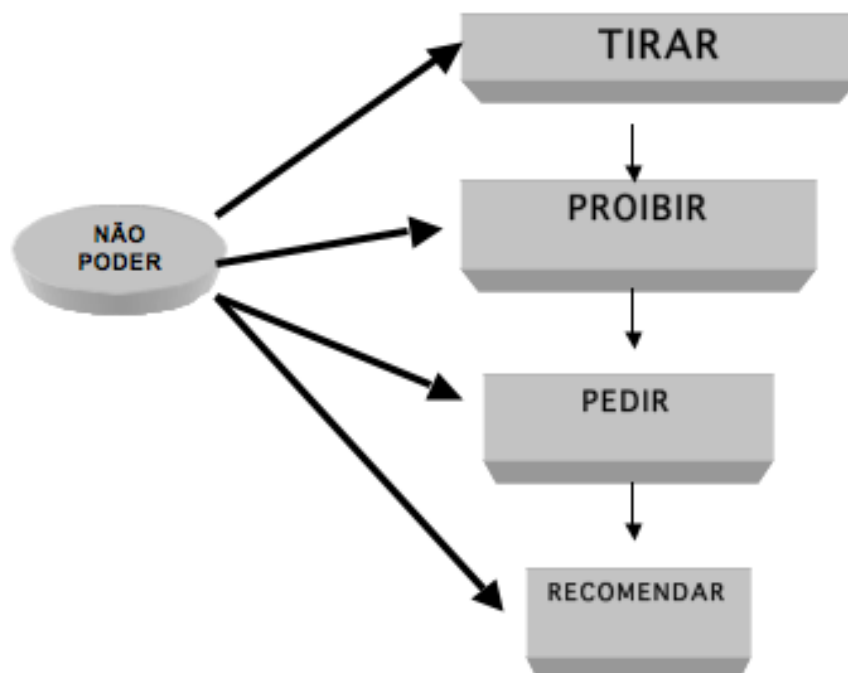
(8)

- 350 LN: [Prescrição médica...  
 351 LCP: Prescrição médica,  
 352 eles são **terminantemente proibidos**.  
 353 E o CONAR **tira** do ar liminarmente esses comerciais.  
 354 Quando eu digo o CONAR **tira** do ar  
 355 é um pouco arrogante,  
 356 eu gostaria de retificar a frase  
 357 e dizer <o seguinte>: Os veículos tiram do ar imediatamente a **pedido**  
 358 do CONAR.



- 359 Porque quem tira do ar  
360 Na verdade, são os veículos de comunicação.  
361 É a Tv Globo, é o SBT, a Tv Record,  
362 <enfim> qualquer televisão.  
363 As próprias televisões educativas que aceitam comerciais,  
364 como é o caso da Cultura de São Paulo,  
365 estão sujeitas a que se retirem do ar  
366 um comercial por elas próprias.  
367 O CONAR apenas **recomenda**.  
368 E esse pacto entre os veículos e o CONAR  
369 é que faz com que o CONAR possa existir....  
370 LN: [Funcione....

A gradação valorativa do item **tirar** ao item **recomendar** revela a maneira pela qual o poder do CONAR, representado na fala do entrevistado, vai, discursivamente, apresentando uma perda significativa de atuação sobre as entidades responsáveis pela publicidade dos remédios. A figura abaixo ilustra esta gradação:





A escolha da ordem destes itens lexicais na fala de LCP revela um objetivo sociointeracional que visa à proteção da face positiva do enunciador. A força enunciativa dos verbos **tirar** e **proibir**, acompanhados das expressões adverbiais **terminantemente** e **liminarmente**, demonstra autoritarismo, ordem, poder e hierarquia, e revela o que Pinto (1994: 108-109) sugere sobre a manifestação da modalidade deôntica na construção enunciativa. Ou seja, o estado de coisas não se limita ao que deve acontecer, mas a uma representação gradativa do que pode ser: obrigatório, proibido, permitido ou facultativo.

Há nestas realizações uma busca de espaço na esfera social da pessoa (cf. DaMatta, 1997). LCP reivindica com o uso destes itens lexicais uma interdependência, do ponto de vista das relações sociais, para a realização das ações do CONAR. Uma interdependência característica das sociedades com maior distância de poder, em que a hierarquia significa desigualdade existencial; em que os subordinados esperam que seja dito o que fazer (cf. Hofstede, 1991).

A demarcação deste espaço, por sua vez, ameaça a

representatividade da imagem pública positiva que se tenta estabelecer em espaços entre iguais, compreendidos numa perspectiva social. A utilização dos itens lexicais **pedir** e **recomendar**, bem como da afirmação de que *na verdade* são os próprios veículos de comunicação que tiram do ar as propagandas, revelam uma tentativa de demonstrar o caráter igualitário do poder que cada interactante exerce na interação e, conseqüentemente, evitam possíveis conflitos que possam desarmonizar a negociação discursiva.

O que está em jogo na dimensão social do indivíduo (cf. DaMatta, 1997), na esfera do espaço igualitário, é a independência de seus atos. Nestes casos, a hierarquia significa igualdade de poder, pois os subordinados esperam ser consultados (cf. Hofstede, 1991).

O entrevistado busca, na passagem de uma esfera social para outra, ou seja, das dimensões características de uma sociedade hierárquica para uma sociedade igualitária, a preservação de sua imagem pública positiva, pois no espaço da entrevista não é esperado o exercício de poderes diferenciados entre os entrevistados; todos são 'iguais'.



Ainda que a ordem, o pedido ou a recomendação seja do CONAR para os responsáveis pela publicidade dos remédios, há uma fronteira tênue entre o desejo de ser apreciado e aprovado (face positiva) e o de ter preservado seu território, sua pessoa e sua liberdade de ação (face negativa) diante do público expectador.

### **Considerações finais**

Categorizar os atos de negar com ou sem elementos formais de negação, bem como dos atos de não negar com o uso de elementos formais de negação, teve como objetivo sistematizar os diferentes tipos de construção em que se inserem não só os elementos tradicionalmente definidos como negativos, mas também as estratégias utilizadas pelos falantes nativos do português do Brasil, mais especificamente no contexto do Rio de Janeiro, em uma dada situação de interação. Este alargamento do conceito de negação, em que se contemplam aspectos acerca dos usos direto/indireto e explícito/implícito das estruturas com valor negativo, traz importantes contribuições para o profissional que trabalha com o ensino de PLM e de

PL2E, pois fornece um conjunto de parâmetros que norteiam as razões pelas quais escolhemos um determinado tipo de estratégia discursiva para efetivamente concretizar um ato de negar. Estas razões, inseridas em contexto macro de realização, são determinadas por fatores sócio-culturais, que variam de sociedade para sociedade, e que pretendem atingir determinados objetivos interacionais.

Apresentar um modelo de análise interpretativa dos aspectos envolvidos na construção dos atos de negar representa um caminho possível para se tentar entender as razões pelas quais escolhemos determinadas estratégias discursivas para dizer **não**, direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente.

Este caminho, que tem como fio condutor a língua, a sociedade e a cultura, revela múltiplas possibilidades de analisarmos as estruturas linguísticas, extralinguísticas e paralinguísticas envolvidas em um dado contexto de negociação verbal e nos mostra a viabilidade de entendermos os comportamentos sociodiscursivos dos participantes da interação na busca de uma identidade social multifacetada.







## DENYING ACTS: A PROPOSAL FOR FUNCTIONAL CATEGORIZATION

### Abstract

The aim of this work is to present a proposal for functional categorization for the elements that involve the construction process of denying acts in Brazilian Portuguese from the analysis of an interview broadcast on TVE Brasil. Negation was investigated in grammar books typically used for the teaching of Portuguese as a mother tongue and Portuguese as a second language, and also in works that deal with this issue from a linguistic perspective. Based on the typology of the denying acts found in our research, we present a proposal for an interpretative analysis of disagreements and negative assertions with a theoretical basis provided by the Interactional Sociolinguistics, considering the concepts of face and politeness and involvement strategies (Goffman, 1980 [1967], Brown & Levinson, 1987 and Tannen, 1984 e 1989), the Conversational Analysis, based on the concepts of agreement and disagreement (Freitas, 2000 and Pomerantz, 1984) and the Social Anthropology, considering the dichotomy individual/person (DaMatta, 1987).

**Keywords:** denying acts, teaching of PLM and PL2, discourse

**Artigo submetido para publicação em:** 13-11-2013

**Aceito em:** 02-08-2014

### REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, A. F. de S. de **A construção dos atos de negar em entrevistas televisivas: uma abordagem interdisciplinar do fenômeno em PLM com aplicabilidade em PLE.** Tese de doutoramento defendida pelo Departamento de Letras da PUC-Rio; 2003.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa.** 35<sup>a</sup> edição, São Paulo; Companhia Editora Nacional; 1994.



\_\_\_\_\_. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª edição, Rio de Janeiro: Editora Lucena; 2001.

CASTILHO, A. **A língua falada no ensino de português**. 4ª edição; São Paulo: Contexto; 2002.

CUNHA, C. e CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; 1985.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis - para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores; 1997 (a primeira edição é de 1979)

GOFFMAN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social. In.: FIGUEIRA, S (org). **Psicanálise e Ciências Sociais**. Tradução de J. Russo. Rio. Francisco Alves: p. 76-114; 1980 [1967].

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences: International differences in work-related values**. Beverly Hills, C. A.: Sage; 1980.

\_\_\_\_\_. **Cultures and Organizations: Software of the mind**. London: McGraw-Hill; 1991.

HUTCHINSON, A. P. & Lloyd, J. **An essential grammar**. London and New York; Routledge; 1996.

LIMA, R. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 32ª edição, Rio de Janeiro; José Olympio; 1994.

MATEUS, M. H. M. *et alli* **Gramática da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Lisboa; Editorial Coimbra; 1994.

MEYER, R.M.B. "Aspectos semântico-discursivos do português como língua estrangeira." IN: **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, no. 23, maio de 1999: 67-80; 1998.

NEVES, M. H. De M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo; Pontes; 2000.

PERINI, M. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo; Ática; 1995.





\_\_\_\_\_. **Modern Portuguese: a reference grammar.** New York and London; Yale University Press; (2002)

PINTO, M. J. **As Marcas Linguísticas da Enunciação.** Rio de Janeiro: Numen Editora; 1994.

POMERANTZ, A (1984) “*Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes.*” In.: ATKINSON, M & HERITAGE, J. (eds) **Structures of Social Action: Studies in conversation analysis.** Cambridge, Cambridge University Press.

PRISTA, A. R. “*Negatives.*” In.: **Essential Portuguese Grammar.** New York: Dover: 42-43; 1966.

SOUSA, A. F. **Coesão e coerência:** os elementos continuativos do discurso no português L1 e L2. Dissertação de mestrado; PUC-Rio; 1997..

TANNEN, D. (1989) “*Talking voices. Repetition, dialogue, and imagery.*” In.: **Conversational discourse.** Cambridge, Cambridge University Press; 1989.

\_\_\_\_\_. **Conversational Style: analysing Talk Among Friends.** New Jersey, Ablex Publishing Corporation; 1984.